

Tradição separatista

Caroline Kraus Luvizotto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LUVIZOTTO, CK. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 93 p. ISBN 978-85-7983-008-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

4 TRADIÇÃO SEPARATISTA

A Revolução Farroupilha (1835-1845)

Foi preciso que os farroupilhas, numa peleja titânica, de quase dez anos propagassem aos quatro ventos seus anseios de liberdade e dissessem ao Brasil que dele se separavam, como se separaram, enquanto não lhes fosse concedido quanto desejavam e que era, simplesmente, Igualdade e Justiça. (Spalding, 1963, p.166)

Após a deposição de D. Pedro I em 7 de abril de 1831, por causa de sua impopularidade, foram promovidas reformas institucionais que ampliaram a base de apoio do regime regencial, mas sem satisfazer as reivindicações provinciais que tinham como maior exigência a eleição direta dos presidentes das províncias. A partir daí, surgiram no Brasil vários movimentos políticos e armados: em Pernambuco (1831-1835), no Ceará (1831-1832), em Minas Gerais (1833-1835), no Grão-Pará (1835-1840), no Rio Grande do Sul (1835-1845), na Bahia (1837-1838), no Maranhão (1838-1841). Alguns desses movimentos ganharam forte conteúdo social, como é o caso da Balaiada, no Maranhão, e da Cabanagem, no Grão-Pará. Mas é a Revolução Farroupilha ocorrida no Rio Grande do Sul que interessa tratar aqui.

A Revolução Farroupilha tinha a intenção de proclamar uma república independente nos moldes do liberalismo em voga na Europa. Nasceu em razão do descontentamento dos estancieiros gaúchos em relação à política exercida pelo governo central, que submetia as províncias a uma situação de subordinação, um centralismo político que abocanhava grande parte das rendas produzidas no sul, sem investi-las na região. Os estancieiros buscavam o fim da dependência econômica com o centro do País, com o propósito de vender seu gado para as charqueadas gaúchas ou uruguaias com impostos reduzidos. Segundo Maestri (2001a), o movimento assumiu caráter separatista e republicano, apesar de essas orientações serem possivelmente minoritárias quando da eclosão da revolta.

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento (1986), em *A Revolução Farroupilha*, concede especial atenção ao processo de formação da revolução. Segundo ela, quando começou a chamada Revolução Farroupilha, no ano de 1835, a província do Rio Grande do Sul era ainda pouco povoada, com pouco mais de 400 mil habitantes. Existiam apenas 14 municípios, sendo Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas os mais importantes.

Tratava-se de uma província isolada, onde as comunicações eram bastante precárias, não havia uma só ponte, e a principal forma de transporte restringia-se ao cavalo ou às carroças. Também se utilizavam os rios Taquari, Jacuí e Caí, que distribuíam os produtos chegados ao local trazidos por embarcações ou tropas de outras províncias. Muitos dos produtos tinham origem na Europa: eram vassouras, fósforos, tecidos, acessórios, sapatos etc. Nesse período, o Rio Grande do Sul exportava o charque para as demais regiões do País e o couro para o exterior.

O isolamento da província não garantia uma vida pacata e parada. O povo gaúcho teve de lutar contra os espanhóis para garantir suas terras e, no período entre 1817 e 1825, enfrentou problemas de fronteira com o Uruguai, quando este foi incorporado ao Brasil (1821-1828).

Foi em 20 de abril de 1835 que a história farroupilha começou a ser escrita. Logo que se iniciou a primeira sessão da Assembleia Provincial, o presidente da província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga,¹ denunciou a existência de um plano para separar o Rio Grande do Sul do Império e uni-lo ao Uruguai, com o apoio do uruguaio Juan Lavalleja, que lutava para unificar o Uruguai, o Rio Grande do Sul, Entre Rios e Corrientes em um só grande Estado. A acusação também se dirigia a Bento Gonçalves da Silva, liberal extremado, que, além de ser um importante chefe militar, era de uma rica e poderosa família de estancieros gaúchos. Segundo Maestri (2001a), essa intenção era unânime entre o Partido Liberal sul-rio-grandense e não conseguiu ser comprovada na ocasião.

Segundo a Constituição vigente, a de 1824, cada província recebia do governo central uma quantia em dinheiro para custear suas despesas. Quando havia déficit, o governo enviava mais dinheiro, mas, no caso de superávit, apropriava-se do dinheiro e o utilizava como desejasse. Para o Rio Grande do Sul que quase sempre tinha um superávit, essa situação era de grande insatisfação, principalmente porque a província carecia de alguns benefícios, e esse dinheiro se fazia necessário.²

Outro grande descontentamento dos farroupilhas era em relação ao controle alfandegário – descontentamento, aliás, que ainda existe nos dias de hoje.³ As taxas de exportação e

1 Fernandes Braga era um republicano moderado e assumiu a presidência da província sob indicação de Bento Gonçalves, na ocasião um dos líderes do Partido Liberal.

2 O caso que mais chamou atenção ocorreu em 1832, quando 24 contos de réis do superávit gaúcho foram utilizados para cobrir o déficit de Santa Catarina. O governo central também utilizou o dinheiro do superávit gaúcho para pagar empréstimos que havia feito com a Inglaterra (Pesavento, 1986).

3 Um dos argumentos separatistas para reivindicar a autonomia da Região Sul está baseado na questão das disparidades no setor fiscal entre os estados brasileiros, ainda hoje central nas discussões no Congresso e Senado Federal.

importação de produtos eram muito altas, o que prejudicava o comércio gaúcho. Além das taxas alfandegárias cobradas por cada produto que entrava no Império, cobrava-se uma taxa também quando este vinha para a província. Além de encarecer os produtos, muitos não chegavam ao Rio Grande do Sul. Para as exportações, taxas menores cobradas em outras províncias desestimulavam o comércio com os produtos gaúchos, que acabavam ficando encalhados.

Ressentimentos levaram à explosão de hostilidades, centradas em torno de taxas de “exportação” um tanto elevadas que impossibilitavam ao charque Sul-rio-grandense competir com os preços oferecidos no Rio pelos produtores da região platina, economicamente em expansão. (Love, 1975, p.14)

À medida que a crise na sociedade sul-rio-grandense ia se agravando, o sentimento de revolta crescia entre a população gaúcha:⁴ “Abandonando a esperança de retribuição satisfatória dentro do Império, os gaúchos começaram a lutar pela independência em 20 de setembro de 1835” (idem).

A partir daí, as forças liberais chefiadas por Bento Gonçalves reuniram praticamente toda a oposição da província, liberais moderados monarquistas, liberais moderados republicanos e separatistas. Após a tomada de Porto Alegre em 21 de setembro, os revoltosos receberam a alcunha de farroupilhas, um termo pejorativo, mas que foi aceito com orgulho. Conseguiram afastar o presidente da província, Fernandes Braga, justificando seu ato como simples deposição de um presidente incapaz, faccioso e antiliberal (Maestri, 2001a).

4 Segundo Pesavento (1986), os descontentamentos se acumulavam não só no Rio Grande do Sul, mas também em outras partes do País, onde a economia ainda era subsidiária. Isso propiciou a eclosão de uma série de rebeliões provinciais, citadas anteriormente, marcadas por ideias federativas e republicanas, denotando a presença das oligarquias locais insatisfeitas contra a política imperial.

Em pouco tempo, Porto Alegre, Rio Pardo, Rio Grande, Pelotas e Piratini encontravam-se nas mãos dos rebeldes, que se apressaram em tranquilizar os ricos comerciantes portugueses. Uma série de pequenos confrontos passou a suceder. Um dos primeiros ocorreu em 17 de março de 1836 quando Bento Manuel⁵ derrotou os farroupilhas, matando mais de 200 soldados rebeldes. Em seguida, em junho de 1836, os farroupilhas perderam a posse de Porto Alegre em um combate quando a cidade foi atacada por mar e por terra, em que os farroupilhas perderam praticamente toda a sua frota. A perda de Porto Alegre foi muito sentida, pois assinalava a clara anexação ao império do comércio, artesanato e dos grandes escravistas.

Após a derrota em Porto Alegre, o exército farroupilha teve de recrutar muitos homens para combaterem nos inúmeros confrontos subsequentes. Finalmente, em 11 de setembro de 1836, o coronel farroupilha Antônio de Souza Neto proclamou em Piratini, próximo à fronteira com o Uruguai, a separação da província e a República Sul-rio-grandense:

Camaradas! Nós que compomos a 1ª Brigada do exército liberal, devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a independência desta província, a qual fica desligada das demais do Império e forma um Estado livre e independente, com o título de República Sul-rio-grandense [...].

A República que ficou conhecida por seus inimigos como a República de Piratini adotou a forma republicana de governo.

Duas semanas após a proclamação da República Sul-rio-grandense, Bento Manuel organizou uma emboscada em que foram presos Bento Gonçalves e seus principais

5 Bento Manuel Ribeiro, de Alegrete, era comandante das Armas da província, mas não se decidia se queria lutar ao lado dos farroupilhas ou se iria permanecer ao lado do Império. Por diversas vezes, mudou sua estratégia de combate, ora defendendo os ideais farroupilhas ora sua boa posição no Império.

comandantes, Onofre Pires e Corte Real, com mais de mil soldados farroupilhas. Após o julgamento, os líderes rebeldes foram enviados presos para o norte do Brasil. Os farroupilhas organizaram o primeiro governo da República, elegendo Bento Gonçalves como seu presidente e o coronel José Gomes de Vasconcelos Jardim para substituí-lo enquanto estivesse preso. Bento Gonçalves permaneceu preso na Bahia de novembro de 1836 até 10 de setembro de 1837. Em 16 de dezembro de 1837, assumiu a presidência da República Sul-rio-grandense.

Conforme descrevem Pesavento (1986) e Maestri (2001a), o governo republicano instituiu ministérios, repartições públicas, pensão para os dependentes de militares mortos em combate e determinou que se abrissem escolas em todos os municípios. Um serviço de correio também foi organizado e a melhoria dos meios de comunicação criou uma tipografia e um jornal oficiais: *O Povo*. Utilizando mão de obra escrava, foram organizadas manufaturas de carretas, curtume, erva-mate, ferraria, fumo, selaria, mas a economia da República continuou baseada na produção e exportação de charque, couro e sebo.

Nessa ocasião, os imperiais já haviam tomado Porto Alegre e também a região dos portos. Procurando uma saída para o mar para poder sustentar a República, os republicanos invadiram Santa Catarina sob o comando do comandante farroupilha David Canabarro, que organizou o ataque a Laguna, apoiado por Garibaldi.⁶ Após a conquista de Laguna, foi proclamada a República Juliana, em 13 de setembro de 1839, república que durou menos de dois meses, por causa da reação das tropas imperiais e da ineficiência de seu presidente, Canabarro (Andrade, 1997).

6 Garibaldi, corsário italiano jurado de morte em seu país, havia assinado carta de corso com a República, segundo a qual ela aparelhava os navios e os comandantes obrigavam-se a entregar a metade das presas ao governo e a indenizar os tripulantes e os armadores dos navios. A iniciativa não trouxe frutos reais para a República.

A primeira tentativa de paz se deu em 1840, após ter sido declarada a maioria de D. Pedro, estabelecida por um golpe dos liberais em 27 de julho do mesmo ano. O tratado de paz concedia anistia aos republicanos em troca da adesão ao Império. Esse tratado foi renegado porque não propunha a federação do Rio Grande do Sul com o Império e não reconhecia a liberdade dos soldados negros, como defendiam alguns dos generais farroupilhas.

Já em 1842, a atividade bélica farroupilha passou por uma grande crise, assinalando o início da decadência da República Sul-rio-grandense. Essa crise agravou-se quando o barão de Caxias⁷ assumiu a chefia da província e das tropas imperiais, contando com todo o apoio necessário por parte do Império para derrotar os farroupilhas.

Foi Bento Gonçalves quem iniciou as discussões de paz com Caxias no ano de 1844. Após muita discordância e desconfiança entre os farrapos, Bento Gonçalves abandonou a luta e retirou-se para sua estância. As negociações de paz ficaram nas mãos dos chefes farroupilhas que estavam muito mais preocupados em sair da conjuntura nas melhores condições possíveis do que em oferecer para os gaúchos uma esperança de reconstruir a província.

A paz foi assinada em 1º de março de 1845 com a rendição farroupilha. Era o tratado de Poncho Verde que reconhecia Caxias como presidente da província, deixando todas as dívidas republicanas para o Império. Os oficiais foram transferidos para as tropas imperiais, e libertaram-se os soldados negros. Estavam decretadas a vitória do Império e a nova relação de forças entre as elites sulinas e o centro. Ao

7 Caxias assumiu a liderança da província do Rio Grande do Sul graças a seu prestígio pela derrota da Balaiada no Maranhão, onde massacrrou os membros das classes subalternas que participaram do movimento. No Rio Grande do Sul, as tropas da Guarda Nacional, sob as ordens de Caxias, alcançavam 22 mil homens, enquanto os farroupilhas possuíam pouco mais de mil soldados, mal-armados e mal-abastecidos.

mesmo tempo que o Rio Grande do Sul permanecia como parte integrante da nação, a hegemonia política regional da aristocracia agrária gaúcha passou a ser reconhecida. Os escravos e os gaúchos que lutaram nas tropas farroupilhas e imperiais ajudaram a consolidar a nova relação de forças e o domínio da aristocracia agrária.

Algumas facções farroupilhas tiveram um caráter libertário por causa de algumas medidas dos chefes farroupilhas em relação ao negro escravizado. Para Clóvis Moura (1981, p.87), “[...] afora a insurreição dos alfaiates, na Bahia, nenhum outro movimento foi tão enfática e ostensivamente anti-escravista como o chefiado por Bento Gonçalves”. Boa parte dos trabalhos rurais e urbanos sulinos apoiava-se nas costas dos negros escravizados. Eram eles que consolidavam a unidade das elites sul-rio-grandenses. Discordando dessa opinião, Leitman (1979, p.46) afirma que os farroupilhas não pretenderam a abolição ou a reforma da escravatura:

Os chefes farrapos não eram revolucionários sociais empenhados em reestruturar as relações de classes. Na melhor das hipóteses, eram o produto do tempo, incapazes de ultrapassar as atitudes sociais tradicionais. Qualquer colapso nas relações tradicionais entre senhor e escravo, estancieiro e gaúcho, poderia desorganizar o sistema político e social vigente.

Apesar de fazendeiros, charqueadores, homens livres e escravos lutarem lado a lado na Revolução Farroupilha, a extensa maioria dos trabalhadores pastoris e dos escravos jamais possuiu algum ideário político ou social em comum com seus patrões. Os fazendeiros e charqueadores lutaram para ampliar suas riquezas e poder, mas os peões, os pobres e os escravos jamais defenderam seus próprios interesses. Na maioria das vezes, apenas cumpriam as ordens de seus senhores. Mas isso não quer dizer que a revolução, com duração de uma década, não lhes dissesse respeito.

Portanto, na Revolução Farroupilha, não estavam em jogo a organização social, o destino dos trabalhadores escravizados, muito menos o acesso à terra dos gaúchos.

Existiam algumas contradições nas reivindicações dos fazendeiros e charqueadores, principalmente no que dizia respeito aos impostos, cindindo os farroupilhas em seus objetivos. Ainda, boa parte do grande comércio continuou em mãos de lusitanos. Isso explica por que apenas um setor das elites sulinas aderiu à revolta. As elites dividiram-se em várias posições que iam do republicanismo extremado até o legalismo fervoroso. A grande base social farroupilha foi quase sempre os estancieiros do sudeste gaúcho. Porém, havia uma fundamental convergência de opiniões unindo todos os senhores sul-rio-grandenses: tratava-se de uma disputa política entre as elites e era necessário manter as classes subalternas na dominação. Apenas a incapacidade de os republicanos conquistarem a adesão da burguesia comercial, das frágeis classes médias urbanas, dos estancieiros serranos e dos pequenos proprietários coloniais explica por que os farroupilhas foram incapazes de controlar os principais centros urbanos, ficando centralizados na Campanha (Maestri, 2001a).

Quase duzentos anos se passaram após o início da Revolução Farroupilha, mas esse tempo não foi suficiente para apagar esse momento histórico e seus principais personagens. Para muitos gaúchos, hoje, o significado da Revolução está pautado na luta para manter aceso o tradicionalismo gaúcho e a autonomia do estado. No Rio Grande do Sul, dia 20 de setembro é feriado estadual, é o Dia do Gaúcho, dia em que os tradicionalistas desfilam o orgulho gaúcho.

Reintegrado ao Brasil, o Rio Grande do Sul teve de enfrentar um outro conflito, mais curto, porém não menos importante, no qual as ideias de autonomia foram novamente levantadas. Foi a Revolução Federalista de Silveira Martins contra o presidente Floriano Peixoto, na década de 1890 (Love, 1975).

A Revolução Federalista (1893-1895)

Entre 1872 e 1890, a sociedade gaúcha sofreu mudanças em sua economia e, conseqüentemente, na forma de pensar a vida gaúcha. Essas mudanças foram acompanhadas por um aumento na população da província, de 447 mil habitantes para 897 mil. Esse aumento provinha principalmente da imigração: entre 1874 e 1889, 60 mil imigrantes, a maioria vinda da Alemanha e Itália, estabeleceram-se na província. Somente em 1891, ano máximo da imigração no Rio Grande do Sul, 20.739 imigrantes chegaram à província.

Durante o Segundo Reinado (1840-1889), o desenvolvimento da cafeicultura no centro-sul relançou a criação de mulas para o transporte e a produção de charque. Segundo Love (1975), com todas essas mudanças, era natural que a política local sofresse transformações. A boa conjuntura permitiu que as elites pastoris retornassem ao poder político regional, por intermédio do Partido Liberal, hegemônico no Rio Grande do Sul de 1866 a 1889. O Partido Liberal expressava os criadores da região que haviam dirigido a revolta de 1835. Pela importância dos cativos nas fazendas e charqueadas, os liberais defendiam a escravidão.

Ainda, os liberais reivindicaram facilmente a memória farroupilha, que permanecia propriedade das classes pastoris, como no passado. Porém, monarquistas, defendendo apenas a descentralização do poder imperial, abandonavam duas grandes bandeiras farroupilhas – a separação e a república.

Em fevereiro de 1882, os republicanos gaúchos organizaram o Partido Republicano Sul-rio-grandense (PRR). Em seu Manifesto Republicano, que se baseava no Manifesto Republicano de 1870, escrito no Rio de Janeiro, os gaúchos adotaram as palavras de ordem “Centralização – Desmembramento. Descentralização – Unidade”. Logo, o PRR foi controlado por jovens filhos de ricas famílias de criadores,

em boa parte do centro-norte do Rio Grande do Sul, chegados, sobretudo, da escola de Direito de São Paulo. Eles defendiam a modernização conservadora da província.

O PRR divulgava de forma intensa as ideias republicana e federalista. Os jovens jacobinos defendiam a autonomia regional e a diversificação produtiva, por causa da estagnação da economia pastoril-charqueadora. A República Farrapa tornava-se referência da propaganda dos positivistas radicais. Assim, a memória farroupilha era apropriada por grupos sociais, política e geograficamente estranhos ao movimento. O progresso do partido deu-se, principalmente, por causa dos esforços de quatro advogados que se destacaram no cenário gaúcho: Assis Brasil, Júlio de Castilhos, José Gomes Pinheiro Machado e Antônio Augusto Borges de Medeiros.

O PRR, apesar de muito popular, sempre perdia as eleições para o Partido Liberal, e foi assim durante toda a década de 1880. Em 1887, Júlio de Castilhos foi efetivado como chefe do PRR, e os republicanos sul-rio-grandenses comprometeram-se em uma ação revolucionária para derubar a monarquia. Momentos antes da República, Júlio de Castilhos propôs a celebração do 20 de Setembro. Com o golpe antimonárquico de 15 de novembro de 1889, os republicanos sulinos dominaram o poder regional, institucionalizando a leitura positivista do passado farroupilha. Em 14 de julho de 1891, promulgava-se a Constituição republicana sulina, com anteprojeto de Júlio de Castilhos.

Para que pudessem manter-se no poder e programar o novo projeto, os republicanos ameaçaram as forças pastoris sulistas. Durante o confronto, os fazendeiros, herdeiros sociais, políticos e territoriais dos liberais e dos farroupilhas, reunidos sob a nova bandeira federalista, foram acusados de monarquistas e de separatistas pelos castilhistas, a memória farroupilha escorregava manipulada para as mãos dos republicanos do PRR.

Para Maestri (2001a), na nova versão, a memória farroupilha passava a ser herança de todo sulino, não importando sua origem étnica, sua origem social, sua região de nascimento etc. Manipulava-se a história, apresentando o movimento como de toda a população do Rio Grande, contra o estado central. O mito da unidade da população na luta por um único ideal fortalecia a proposta de comunhão de interesses dos gaúchos, estabelecendo a pilastra da ordem republicana autoritária que regeu o Rio Grande do Sul até a Revolução de 1930.

Trava-se então uma disputa por poder pelos dois principais partidos gaúchos: de um lado, o Partido Federalista que passa a reunir a elite do Partido Liberal do Império, sob a liderança de Gaspar da Silveira Martins; de outro, o Partido Republicano Sul-rio-grandense que agrupava os republicanos liderados pelo governador Júlio de Castilhos. Ancorados em bases eleitorais nas cidades do litoral e da serra, os republicanos queriam, a todo custo, manter-se no poder. Já os federalistas, que representavam os interesses dos grandes estancieiros da campanha, lutavam contra aquilo que chamavam de “tirania castilhista” e exigiam a reforma da Constituição do estado com vistas a impedir a perpetuação dos rivais no poder.

Em 1892, segundo Love (1975), emergiu uma crise no PRR e Castilhos foi obrigado a renunciar, percebendo, então, a necessidade de receber o apoio de Floriano Peixoto para tomar o poder do Estado com um golpe militar. Assim, em 17 de junho de 1892, Castilhos com sua tropa rumou para o Palácio do Governo e assumiu o poder, tornando sua autoridade completa: controlava o Executivo, o Legislativo, a polícia do Estado e os governos municipais.

Pensando em manter-se definitivamente no governo do Rio Grande do Sul, Castilhos elaborou um plano com o apoio de Floriano Peixoto: renunciou em favor de seu companheiro de partido Vitorino Monteiro, para que este

organizasse as eleições populares e Castilhos pudesse voltar ao poder de forma legítima. O plano de Castilhos e Floriano Peixoto deu certo. Em 25 de janeiro de 1893, Júlio de Castilhos foi empossado governador do Rio Grande do Sul, o primeiro por eleições populares e o décimo oitavo governador estadual desde a Proclamação da República em 1889.

Quanto mais aumentava o prestígio de Castilhos, mais os ideais federalistas viam-se ameaçados, fracos e desmobilizados. Um dos principais objetivos dos federalistas era substituir o regime presidencialista por um regime parlamentar. Cresceu o apoio a Silveira Martins que passou a liderar não só os federalistas, mas também todos aqueles que eram contrários ao governo de Castilhos. Os federalistas perceberam que, para atingir seus objetivos, não bastava apenas derrubar Castilhos, era necessário depor também seu protetor, Floriano Peixoto.

Villalba (1897) aponta que a guerra começou em 2 de fevereiro de 1893, quando um grupo de federalistas comandados por Silveira Martins rumou para Bagé com o propósito de efetuar a primeira batalha. Esse grupo contava com o apoio de uruguaios que provinham de uma região colonizada por espanhóis vindos da Maragataria. Assim, os castilhistas e republicanos aplicaram o termo “maragatos” a todos os federalistas que, assim como os farrapos, aceitaram o termo pejorativo como um distintivo de honra. Aplicando esse termo, os republicanos pretendiam dar aos federalistas o estigma de estrangeiros, separatistas e monarquistas. Segundo o governo federal da época, contando com o apoio de alemães rebeldes, estava fortemente demonstrado o caráter antipatriota dos federalistas.

Seguiram-se muitas batalhas em solo gaúcho. Muitas delas na fronteira com o Uruguai, onde os federalistas eram mais fortes. Finalmente, em 7 de novembro de 1893, as tropas federalistas invadiram Santa Catarina e rumaram para o litoral, destinados a se juntar com as unidades navais rebeldes da Marinha.

Gumercindo Saraiva⁸ não estava satisfeito com as investidas contra Castilhos e resolveu organizar uma tropa com destino ao norte, com a intenção de depor Floriano Peixoto. No dia 20 de janeiro de 1894, essa tropa toma a cidade de Curitiba, e Gumercindo dá ordens para que Floriano Peixoto renuncie, do contrário, seguiria rumando pelo norte até chegar a São Paulo.

Floriano ignorou as ordens de Gumercindo e, a cada batalha, morriam mais e mais homens, sem que os líderes da revolução, Silveira Martins e Júlio de Castilhos, tomassem conhecimento de toda destruição e sangue derramado. Gumercindo foi obrigado a regressar ao Rio Grande do Sul e deparou com o grosso da tropa castilhista: era final de junho de 1894. Numa batalha que durou mais de 6 horas, os federalistas sofreram mais de 400 baixas, e os republicanos, 240. Os maragatos se retiraram e a tropa de Gumercindo foi pega em uma emboscada. Gumercindo morreu com um ferimento no peito.

Tendo conhecimento de que o mais corajoso comandante federalista havia falecido, Silveira Martins reconheceu que era inútil continuar com a luta. Na capital federal, as coisas também mudaram: Prudente de Moraes substituiu Floriano Peixoto e assumiu a chefia do Executivo em novembro de 1894.

Para Prudente de Moraes, era essencial a paz no Rio Grande do Sul para que fosse afirmado o controle civil da República. Em junho de 1895, o general Inocêncio Galvão de Queiroz, comandante militar da região do Rio Grande do Sul, iniciou as conversações de paz. Em 23 de agosto de 1895, o Rio Grande do Sul estava oficialmente pacificado.

Segue a mensagem que Prudente de Moraes enviou ao Congresso, participando a pacificação:

8 O comandante das invasões federalistas era Gumercindo Saraiva, que sempre contou com muitos homens, mas nem sempre com muitas armas. As tropas castilhistas, entretanto, sempre eram numerosas e bem-armadas.

Srs. Membros do Congresso Nacional – Cumpro o grato dever de vos communicar a terminação da lucta civil que tem perturbado a vida da República ha mais de dous annos.

Submettendo-se ao regimen legal e ás autoridades constituídas da União e do estado do Rio Grande do Sul, depuzeram as armas em 23 do corrente.

O congraçamento dos brasileiros, sob o regimen republicano, é um facto auspicioso para a nossa pátria.

Trazendo ao vosso conhecimento os documentos officiaes a elle referentes tenho a mais viva satisfação em assegurar-vos que as autoridades federaes e as do estado do Rio Grande do Sul firme e sinceramente tudo farão para que seja eficaz e fecunda á pacificação.

Capital Federal, em 26 de agosto, de 1895. – Prudente J. de Moraes Barros, Presidente da República. (Villalba, 1897, p.115)

A Revolução Federalista foi a guerra civil mais sangrenta da história do Brasil. Foram 31 meses de batalhas que produziram de 10 mil a 12 mil mortes (Pesavento, 1983).

Os principais resultados da guerra estão relacionados com a política do estado do Rio Grande do Sul. A guerra constituiu um equilibrado sistema político em torno de duas ideologias bem diferentes, presidencialismo ditatorial contra parlamentarismo, o que não acontecia em outros estados do Brasil. As mudanças sociais e econômicas, porém, somente aos poucos se tornaram aparentes.